

MEIO AMBIENTE

Poluição sem limites

Aumento da emissão de gases-estufa afasta o Rio do combate às mudanças climáticas

RENATO GRANDELLE
renato.grandelle@oglobo.com.br

A emissão de gases de efeito estufa no estado do Rio aumentou 40% em dez anos, segundo um inventário divulgado ontem pelo Centro Clima, coordenado pela Coppe-UFRJ. O levantamento, que considerou a liberação de poluentes entre 2005 e 2015, revela a dificuldade de setores econômicos como produção energética e recuperação de bacias hidrográficas em seguir projetos que exigem a redução drástica do envio de CO2 para a atmosfera.

O consumo de energia quase dobrou — passou de 38,9 mil para 70,2 mil gigagramas de CO2 (cada gigagrama equivale a mil toneladas), especialmente nos setores públicos, comerciais, de transporte e indústria. Para os pesquisadores, a multiplicação do valor pode ser explicada pela crise hídrica ocorrida em 2015. Devido à falta de chuvas e ao baixo rendimento das hidrelétricas, as termelétricas, que são fonte de energia mais poluente, precisaram ser acionadas. O setor industrial, por sua vez, foi impactado com a inauguração do estado da Companhia Siderúrgica do Atlântico em 2010.

— Ainda não há tecnologia para produzir aço com pouca emissão de carbono — destaca Emilio La Rovere, coordenador do Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa e professor de Planejamento Energético da Coppe-UFRJ. — Mesmo assim, a siderúrgica conseguiu bons resultados, porque sua liberação média de poluentes é menor do que nas indústrias chinesas.

LONGE DAS METAS

Um decreto de setembro de 2011 instituiu a Política Estadual sobre Mudança Global do Clima e Desenvolvimento Sustentável, que prevê compromissos para a redução de emissões de gases de efeito estufa. Por enquanto, a indústria ainda não conta com metas estabelecidas. Outros setores, porém, já têm um cálculo estabelecido, e estão cada vez mais longe de obedecê-lo.

De acordo com a política estadual, em 2030 o setor de transportes deve limitar suas emissões a 10,91 gigagramas de CO2. Em 2015, no entanto, a liberação de poluentes ultrapassa a marca de 15 gigagramas de CO2. O calcanhar-de-Aquiles para atingir o marco está na Região Metropolitana, por onde se deslocam mais de 12 milhões de habitantes.

Emilio ressalta que os projetos estaduais têm dificuldade para controlar o aumento da poluição nos transportes.

— As emissões do setor estacionaram entre 2010 e 2015, mas é difícil baixá-las, porque o preço da gasolina diminuiu e falta estímulo para a adoção do etanol. O governo deve promover esta iniciativa — reivindica. — Isso pode ser revertido com uma política de incentivo a combustíveis renováveis, cujo nível de emissão é muito mais baixo.

AS EMISSÕES NO ESTADO

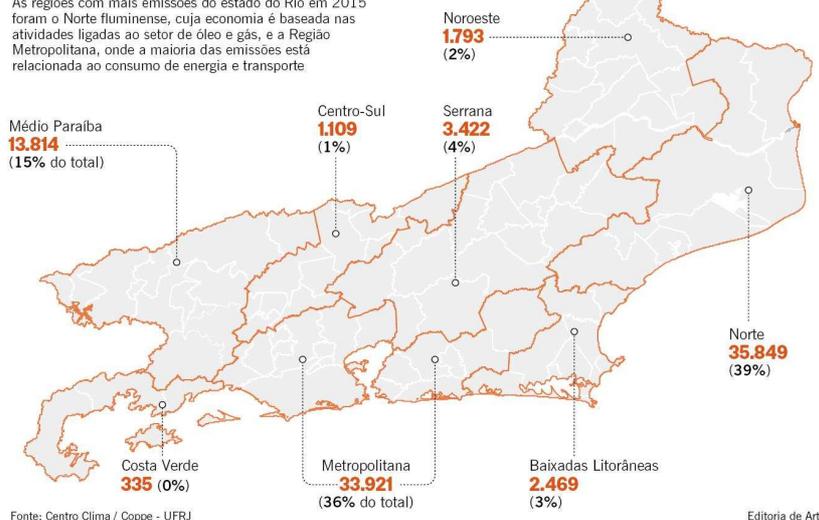
TOTAL GERAL
EM GIGAGRAMAS (CADA GIGAGRAMA
REPRESENTA MIL TONELADAS DE CO2)



MAPA DAS EMISSÕES POR REGIÃO EM 2015

EM GIGAGRAMAS

As regiões com mais emissões do estado do Rio em 2015 foram o Norte fluminense, cuja economia é baseada nas atividades ligadas ao setor de óleo e gás, e a Região Metropolitana, onde a maioria das emissões está relacionada ao consumo de energia e transporte



“O esgoto a céu aberto afeta o bem-estar da população”

Carolina Dubeux
Pesquisadora da Coppe-UFRJ

Coordenadora técnica do estudo e pesquisadora do Centro Clima da Coppe-UFRJ, Carolina Dubeux sublinha outro fator que pode reduzir a presença de poluentes em meios de transportes:

— O pico das emissões no setor ocorreu porque estávamos em uma fase de crescimento econômico. Com a crise, a demanda caiu, principalmente por transportes individuais, como os automóveis.

O consumo energético do setor público deveria ter a emissão restrita a 203,11 gigatoneladas de CO2 em 2030. No entanto, o levantamento aponta que, em 2015, a liberação de gases-estufa do setor era de 694,82 gigatoneladas.

A restrição aos esgotos urbanos também está distante da meta — em 2015, era responsável pela emissão de 79,24 gigatoneladas de CO2. Em 2030, precisa ser restrita a 23,78 gigatoneladas. Carolina, porém, acredita que as metas ainda são viáveis.

— O custo da energia eólica e solar diminui a cada ano. Portanto, será cada vez mais requisitada — avalia. — A renovação da frota e a demanda por veículos elétricos contribuirão para o corte de poluentes no setor de transportes. Quanto ao esgoto, trata-se de um imbróglio institucional. É inevitável que as autoridades elabo-

rem políticas para saneamento das lagoas da Barra da Tijuca e da Baía de Guanabara. O esgoto a céu aberto provoca doenças, afeta o bem-estar da população, causa prejuízos ao turismo. Não se trata apenas de um problema ambiental.

AVANÇO NOS ATERROS SANITÁRIOS

O inventário, no entanto, também trouxe uma boa notícia. A liberação de resíduos sólidos urbanos caiu de 378 para 186 gigatoneladas de CO2 entre 2010 e 2015. Está no caminho para, em 2030, restringir-se a 112 gigatoneladas.

— Este é o resultado da política nacional de resíduos sólidos, uma grande ação do governo para acabar com os lixões — explica Carolina. — Os aterros sanitários fluminenses estão queimando metano e usando-o para a produção de energia. Trata-se de uma política sanitária que também provocou um impacto climático positivo.

— Já temos projetos bem-sucedidos para aterros sanitários. Agora, falta trabalhar o esgoto — analisa Emilio, que admite a possibilidade de revisar os compromissos da política estadual, abraçando compromissos menos ambiciosos. — As metas não estão escritas em uma pedra. Se for necessário, podem ser revisadas. Precisamos verificar a atual conjuntura e as tendências para, depois, desenhar o futuro, saber qual será o nosso foco. Depende de nossas condições financeiras e de vontade política. É uma cobrança constante a governos, empresas e à academia.

Nove lixões foram fechados nos últimos anos — sobraram 18. Em alguns, como o de São Gonçalo, os técnicos da Secretaria estadual de Ambiente esbarram em problemas de segurança, porque são áreas dominadas por traficantes e milicianos.

André Corrêa, que está à frente da pasta, comemora o avanço do combate ao desflorestamento. O governo estima que precisaria de R\$ 8 bilhões para implementar políticas de plantio de árvores. Diante da falta de recursos, foi necessário eleger prioridades.

— Vamos privilegiar as áreas que tenham interferência direta no abastecimento de água do estado — anuncia. — A região de Rio das Flores, por exemplo, vai ganhar 60 mil mudas. E também vamos tentar recuperar locais como o Rio Carioca, cuja nascente é no Parque Nacional da Tijuca.

Segundo um levantamento recente, o estado ainda preserva 30% da cobertura florestal de Mata Atlântica. Agora, as análises de satélite, que detectavam apenas áreas de desmatamento superiores a 3 hectares, estão mais sofisticadas e conseguem verificar cortes de árvore em regiões de apenas 1 hectare. Corrêa admite que a tecnologia traz um novo desafio — o combate à devastação de pequenos regiões é mais complexo. ●